

O CAPITAL ESCRAVISTA-MERCANTIL

Julio Manuel Pires

Iraci del Nero da Costa¹

1. Introdução

Neste trabalho conjugamos dois artigos já publicados (Cf. PIRES & COSTA, 1994 e COSTA & PIRES, 1994), nos quais propusemos a discussão de uma específica forma de existência do capital – o capital escravista-mercantil –, estabelecemos sua fórmula e explicitamos suas principais propriedades. Ademais, ocupamo-nos, aqui, de alguns novos aspectos e desdobramentos daquela forma de capital, pois visamos, além de apresentar numa peça única os títulos acima anotados, a avançar algumas idéias adicionais que, a nosso juízo, podem ensejar um debate profícuo e enriquecedor, tanto no âmbito da crítica à historiografia, como no da teoria econômica.

2. Uma Forma Específica de Capital

Como sabido, Marx considerou, explícita e largamente, três formas de existência do capital. A correspondente ao capital comercial assim foi caracterizada: "...el comercio e incluso el capital comercial son anteriores al régimen de producción capitalista y constituyen en realidad la modalidad libre del capital más antigua de que nos habla la historia" (MARX, 1965, vol. III, p. 314). A segunda diz respeito ao capital usurário (ou de empréstimo) e também foi vista como forma autônoma e independente: "El capital a interés o capital usurario, para emplear el término arcaico, figura con su hermano gemelo, el capital comercial, entre las formas antediluvianas del capital que preceden desde muy lejos al régimen de producción capitalista y con las que nos encontramos en las más diversas formaciones económicas de la sociedad" (MARX, 1965, vol. III, p. 555) [...] "La usura, como el comercio, explota un régimen de producción dado, no lo crea, se comporta exteriormente ante el" (MARX, 1965, vol. III, p. 569). A última concerne ao capital industrial e é própria do modo de produção capitalista: "Si el dinero puede invertirse en esta forma es, sencillamente, porque la fuerza de trabajo se halla separada de sus medios de producción (incluyendo los medios de vida, como medios de producción de la propia fuerza de trabajo) y porque este divorcio sólo puede remediarse de um modo: vendiendo la fuerza de trabajo al poseedor de los medios de producción" (MARX, 1964, vol. II, p. 33).

A nosso ver, além das três acima arroladas, Marx sugeriu uma quarta forma de existência do capital. Assim, ao tratar dos efeitos decorrentes do desenvolvimento do

1. Os autores são professores da FEA-USP.

comércio e do capital comercial, afirmou: "En el mundo antiguo, los efectos del comercio y el desarrollo del capital comercial se traducen siempre en la economía esclavista; y según el punto de partida, conducen simplemente a la transformación de un sistema esclavista patriarcal, encaminado a la producción de medios directos de subsistencia, en un sistema orientado hacia la producción de plusvalía" (MARX, 1965, vol. III, p. 321). Estaríamos, pois, em face da exploração de mais-valia nos quadros do escravismo antigo. Tal produção de mais-valia far-se-ia presente, igualmente, em áreas do Novo Mundo quando ainda imersas no escravismo: "Por eso en los Estados norteamericanos del Sur el trabajo de los negros conservó cierto suave carácter patriarcal mientras la producción se circunscribía sustancialmente a las propias necesidades. Pero, tan pronto como la exportación de algodón pasó a ser un resorte vital para aquellos Estados, la explotación intensiva del negro se convirtió en factor de un sistema calculado y calculador, llegando a darse casos de agotarse en siete años de trabajo la vida del trabajador. Ahora, ya no se trataba de arrancarle una cierta cantidad de productos útiles. Ahora, todo giraba en torno a la *producción de plusvalía por la plusvalía misma*" (grifos de MARX, 1964, vol. I, p. 181-2). Trata-se, pois, da mesma forma de existência do capital, agora a vigor no âmbito do escravismo moderno, também identificado como escravismo colonial². Enfim, mais-valia, valor que se valoriza, portanto capital; porém, uma forma específica de existência do capital, pois calcada na produção de mercadorias com base no escravismo³. Neste trabalho, como avançado, consideramos esta particular forma de

2. Sobre o termo escravismo colonial veja-se GORENDER (1992, p. 157 e seguintes). Diga-se, ademais, que, embora não tomemos o escravismo colonial como um modo de produção como o fez Gorender, concordamos em larga medida com suas percutientes análises.

3. Acreditamos que Barros de Castro tenha chegado muito próximo do estabelecimento da categoria *capital escravista-mercantil*. Sem comprometê-lo com nossa formulação, permitimo-nos entrevê-la na citação que segue: "O processo de trabalho num engenho escravista do século XVI é similar ao de uma grande lavoura (plantation) capitalista contemporânea. Além disto, mais se assemelha ao processo de trabalho numa grande fábrica inglesa do início do século XIX, que o (processo de trabalho) característico dos séculos XVI e XVII na Europa. Consequentemente, é lícito afirmar que, inserido no processo de produção material, o escravo constitui uma antecipação do moderno proletário. Por outro lado, o senhor do engenho encontra-se absorvido numa engrenagem que determina o seu comportamento, em função de 'necessidades' que nada têm a ver com as suas próprias vontades e necessidades pessoais.

"Estas características indicam, em suma, que o moderno escravismo tem importantes traços em comum com o capitalismo e, mais, que estas características pertencem à sua *conformação interior*. Não é, pois, necessário recorrer às conexões 'externas' — e muito menos a um simples 'critério de mercado' — para deixar assinaladas as fortes similitudes existentes entre o moderno escravismo e o capitalismo — proximidade esta que pode ainda ser realçada, ao lembrarmos que a organização produtiva aqui focalizada surge associada aos primórdios do capitalismo, cresce e se multiplica acoplada a ele" (grifos de CASTRO, 1980, p. 92-3). Gorender, por seu turno, embora tenha observado a presença do capital no âmbito do escravismo colonial, não chegou às mesmas conclusões a que fomos levados; isto se deveu, a nosso ver, ao fato de esse autor haver privilegiado a categoria *modo de produção escravista colonial*: "Dado seu caráter mercantil, o escravismo colonial encerra categorias como as de mercadoria, dinheiro e capital — categorias adaptadas, todavia, a uma estrutura essencialmente distinta daquela inerente ao modo de produção capitalista. O escravismo colonial possui leis específicas, cuja atuação não teria qualquer razão de ser sob a vigência do capitalismo" (GORENDER, 1983, p. 13).

capital, a qual denominamos escravista-mercantil, visando a estabelecer algumas de suas principais características.

3. Limitações Lógicas e Históricas

Ao capital escravista-mercantil impõem-se limitações de caráter lógico e histórico, as quais devem ser tomadas como facetas de um todo único e solidário, vale dizer, devem ser entendidas, a depender das condições concretas, como lógico-históricas ou histórico-lógicas.

No passado mais longínquo tal forma apresentou-se como exceção no âmbito do escravismo patriarcal inclusivo. Segundo Marx: "Sin embargo, es evidente que en aquellas sociedades económicas en que no predomina el *valor de cambio*, sino el *valor de uso* del producto, el trabajo excedente se halla circunscrito a un sector más o menos amplio de necesidades, sin que *del carácter mismo de la producción* brote un hambre insaciable de trabajo excedente. Por eso donde en la Antigüedad se revela el más espantoso trabajo sobrante es allí donde se trata de producir el valor de cambio en su forma específica de dinero, es decir, en la producción de oro y plata. En estas ramas, la forma oficial del trabajo excedente son los trabajos forzados llevados hasta la muerte. [...] Sin embargo, en el mundo antiguo esto no pasa de ser excepcional" (grifos de MARX, 1964, vol. I, p. 181). A nosso ver, tal restrição de caráter lógico-histórico foi perfeitamente elucidada por Gorender: "O impasse da escravidão romana decorreu da impossibilidade de um modo de produção escravista *patriarcal* se converter em modo de produção escravista *mercantil*, nas condições do mundo antigo. [...] Roma não podia implantar uma economia exportadora em seu próprio território, nem nos territórios das províncias conquistadas. A única exceção, frisada por Marx, foi a Sicília, onde latifúndios escravistas cultivavam trigo para suprimento da Metrópole. [...] A fim de que se convertesse em escravismo mercantil *dominante*, seria preciso que a produção escravista se acoplasse a um mercado externo dotado de proporções que as cidades antigas ficaram longíssimo de proporcionar. [...] Roma estava impedida de fazer-se colônia econômica de si mesma e engendrar o escravismo colonial. Daí o impasse histórico insolúvel, traduzido na estagnação tecnológica e no encarecimento crescente da produção por meio de escravos, cada vez menos capaz de constituir a base do Estado imperial" (grifos de GORENDER, 1992, p. 160-1).

Conquanto pudéssemos admitir, hipoteticamente, a existência de pólos escravistas autônomos a produzir mercadorias e a comerciar entre si – e esta seria a única maneira de se superar a limitação de ordem lógica aqui exposta –, devemos renunciar a tal conjectura, pois, como sabido, o escravismo antigo é que se viu superado sem conhecer o arranjo hipotético aqui aventado. No que tange às áreas do mundo moderno nas quais se deu a revivescência do escravismo, impõe-se restrição de ordem histórico-lógica, pois agora a existência do capital escravista-mercantil viu-se condicionada pela ampliação dos mercados mundiais ocorrida na fase final de transição do feudalismo ao capitalismo. A emergência e amadurecimento deste modo de produção definem-se, pois, como o pano de fundo no qual se deu o alargamento e consolidação do capital escravista-mercantil nos séculos XVI e seguintes. Por seu

turno, o estabelecimento do capitalismo como modo de produção dominante na Europa ocidental acarretou a subordinação daquela forma de existência do capital ao capitalismo. O evoluir deste último, vale dizer o processo de desenvolvimento do capital industrial (que deitava raízes, como é próprio de sua natureza, em todo o planeta) e da sociedade burguesa impõe, ademais, um limite absoluto ao capital escravista-mercantil, o qual conheceu sua superação nos marcos e como decorrência daquele desenvolvimento. Assim, para Marx, à medida que o capital industrial "se va apoderando de la producción social, revoluciona la técnica y la organización social del proceso de trabajo, y con ellas el tipo histórico-económico de sociedad. Las otras modalidades de capital que aparecieron antes de ésta en el seno de estados sociales de producción pretéritos o condenados a morir, no sólo se subordinan a él y se modifican con arreglo a él en el mecanismo de sus funciones, sino que ya sólo se mueven sobre la base de aquél, y por tanto viven y mueren, se mantienen y desaparecen con este sistema que les sirve de base" (MARX, 1964, vol. II, p. 51). Embora o autor estivesse aqui a se referir, provavelmente, ao capital comercial e ao capital usurário, entendemos que tais considerações mostram-se plenamente aplicáveis ao caso do capital escravista-mercantil. Ademais, parece-nos que as mesmas lançam luz sobre referências explícitas efetuadas por Marx com respeito ao escravismo moderno. Vejamo-las: "*La esclavitud de los negros* – una esclavitud puramente industrial – que desaparece sin más y es incompatible con el desarrollo de la sociedad burguesa, *presupone* la existencia de tal sociedad: si junto a esa esclavitud no existieran otros estados libres con trabajo asalariado, todas las condiciones sociales en los estados esclavistas asumirían formas precivilizadas" (grifos de MARX, 1980, p. 159). Na mesma obra o autor retoma o tema: "Esto no excluye que dentro del sistema burgués de producción sea posible la esclavitud en tal o cual punto. Pero la misma sólo es posible porque no existe en otros puntos, y se presenta como una anomalía frente al sistema burgués mismo". (MARX, 1980, p. 425). O mesmo tom é empregado quando trata dos proprietários escravistas: "El que los dueños de plantaciones en América no sólo los llamemos ahora capitalistas, sino que lo sean, se basa en el hecho que ellos existen como una anomalía dentro de un mercado mundial basado en el trabajo libre" (grifo de MARX, 1980, p. 476).

Assim, no mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão-de-obra escrava só se tornou possível por tratar-se de produção votada, essencialmente, para a exportação, a qual, por seu turno, destinava-se, sobretudo, aos mercados da Europa, onde chegava ao seu termo a transição do feudalismo ao capitalismo que passava a se afirmar como modo de produção dominante. Três outros pontos devem, ainda, ser fixados: a) a escravidão localizada não é incompatível com o modo de produção capitalista, mas, sim, com o desenvolvimento do mesmo e, portanto, irremediavelmente fadada ao desaparecimento; b) estamos em face de um escravismo produtor de mercadorias (*escravidão puramente industrial*) e dependente dos mercados mundiais aos quais deve sua existência⁴; c) os escravistas são

4. Com respeito a este ponto também podemos contar com a esclarecedora interpretação de Gorender: "O escravismo colonial só possibilita um mercado interno estreito, pouco elástico, inadequado aos fins da produção mercantil, que tende à especialização. Mas este problema estava de antemão resolvido, pois sua solução constituía uma das premissas da criação da plantagem colonial. A produção desta

capitalistas, vale dizer, acrescentamos nós, personificam o capital escravista-mercantil.

Das considerações expendidas na abertura deste tópico, e das conclusões acima arroladas, inferimos, imediatamente, que a forma capital escravista-mercantil não pode existir autônoma e independentemente, pois sua existência subordina-se, na antiguidade, ao modo de produção escravista e, em passado mais recente, ao modo de produção capitalista. Ademais, sua subsistência também revela-se condicionada e subordinada a tais modos de produção. Como no caso do capital comercial e do capital usurário estamos em face de uma forma de capital que não traz em si as condições de sua existência e de sua subsistência. Aquelas duas primeiras, justamente por mostrarem-se livres, autônomas e independentes com respeito a um específico modo de produção, definem-se como dependentes de modos de produção que para as mesmas revelam-se como dados e, nesta medida, cada uma de tais formas é incapaz de criar as condições necessárias à sua existência e subsistência, operando, pois, de modo parasitário com respeito aos aludidos modos de produção; repisemos aqui a afirmação de Marx: "La usura, como el comercio, explota un régimen de producción dado, no lo crea, se comporta exteriormente ante él" (MARX, 1965, vol. III, p. 569). Como evidenciado, o capital escravista-mercantil, por não trazer implícita a plasticidade do comercial e usurário é imediatamente dependente de uma específica relação de produção (a escravista) e igualmente dependente de específicos modos de produção (o escravista e o capitalista). Assim, embora não se defina como parasitária, porque produtora de mercadorias, tal forma não traz em si seus pressupostos não sendo capaz, portanto, de, *per se*, pô-los ou repô-los; vale dizer, as condições objetivas de sua existência e subsistência lhe são externas e dadas pelos modos de produção acima assinalados. Logo, a forma capital escravista-mercantil é incapaz de dar embasamento a um modo de produção que lhe seja próprio e que dela decorra. Como sabido, o mesmo não ocorre com o capital industrial quanto à referida capacidade, à qual Marx emprestou tratamento explícito e minudente (Cf. MARX, 1980, p. 420-1).

Eis, pois, delineadas, algumas das principais características da forma de capital em epígrafe, outras mais seguem abaixo.

4. Um Ponto a Discutir

última se escoaria no mercado *externo* já existente e em ampliação, com uma demanda crescente de gêneros tropicais – o mercado da Europa (grifo de GORENDER, 1992, p. 163). Mais adiante acrescenta o autor: "Estavam criadas as condições objetivas para que o escravismo mercantil assumisse a única forma em que pode desenvolver-se com amplitude: a forma de escravismo *colonial*, isto é, de um modo de produção dependente do mercado metropolitano. [...] O escravismo colonial não comportava a mercantilização total, pois subsiste nele um setor de economia natural, porém o comércio intensificado não exerce efeito desagregador na sua estrutura. O escravismo colonial nasce e se desenvolve com o mercado como sua atmosfera vital. A explicação já se contém no exposto acima: um modo de produção baseado na escravidão é compatível com a finalidade mercantil se estiver conjugado a um mercado *externo* apropriado. A existência prévia do mercado externo constitui, portanto, premissa incondicional" (grifos de GORENDER, 1992, p. 163-4).

A nosso juízo, existem razões suficientes e plenamente aceitáveis a explicar o fato de Marx não haver se detido mais demoradamente no estudo do escravismo antigo e, em particular, do moderno.

Interessado, essencialmente, em analisar a lógica do capital industrial e em estabelecer os caminhos teóricos e práticos aptos a concretizar a superação do modo de produção capitalista, o autor desenvolveu um método em face do qual se tornou dispensável o estudo do escravismo antigo: "...nuestro método pone de manifiesto los puntos en los que tiene que introducirse el análisis histórico, o en los cuales la economía burguesa como mera forma histórica del proceso de producción apunta más allá de sí misma a los precedentes modos de producción históricos. Para analizar las leyes de la economía burguesa no es necesario, pues, escribir la *historia real de las relaciones de producción*. Pero la correcta concepción y deducción de las mismas, en cuanto relaciones originadas históricamente, conduce siempre a primeras ecuaciones – como los números empíricos por ejemplo en las ciencias naturales – que apuntan a un pasado que yace por detrás de este sistema. Tales indícios, conjuntamente con la concepción certera del presente, brindan también la clave para la comprensión del pasado; un trabajo aparte, que confiamos en poder abordar alguna vez". (grifos de MARX, 1980, p. 422). Infelizmente, como sabemos, o autor não pôde efetuar o trabalho prometido. Já a consideração pormenorizada do escravismo moderno seria ociosa à medida que o mesmo se trata, tão-somente, de *una anomalía dentro de un mercado mundial basado en el trabajo libre*, anomalia esta que desaparece sin más y es incompatible con el desarrollo de la sociedad burguesa (Cf. citações acima).

Tais argumentos poderiam ser avocados para explicar o fato de o autor não haver contemplado, explicitamente, a forma capital escravista-mercantil; ademais, também justificariam a assertiva: "El capital industrial es la única forma de existencia del capital en que es función de éste no sólo la apropiación de la plusvalía o del producto excedente, sino también su creación" (MARX, 1964, vol. II, p. 51). A nosso ver, o capital industrial não é a *única* forma de capital a cumprir tal papel, pois entendemos que tal função também é desempenhada pelo capital escravista-mercantil, o qual, não obstante, não deixa, por isto, de ser dependente e subordinado ao modo de produção capitalista inclusivo.

Assim, no caso da colônia lusa em terras americanas, a criação da mais-valia decorria da ação do capital escravista-mercantil, vale dizer, embora isolado dos mercados externos e, portanto, da órbita da circulação – e isto discutiremos no próximo tópico –, a esfera da produção interna colocava-se inteiramente em sua órbita e era dominada pelo mesmo. Tal dominância, que não deve ser entendida em termos absolutos, estendia-se à produção de mercadorias (exportáveis ou não), de valores de uso e de serviços, abarcando, também, a alocação de fatores e recursos e espraiando-se pela circulação interna. Afetava, ainda, a geração e distribuição da renda, a escala da produção, o tamanho das plantas instaladas, as técnicas utilizadas e os elementos afetos à qualificação da mão-de-obra. Enfim, sua presença condicionava toda a economia colonial bem como as relações estabelecidas no processo de produção, projetando-se, ademais, na vida social e política da colônia. Disto deve-se inferir que os segmentos sociais e econômicos não vinculados

imediatamente ao escravismo também se viam influenciados e, em larga medida, determinados, sobretudo no que tange à definição dos limites do espaço econômico em que lhes era dado atuar, pelo capital escravista-mercantil.

Parece-nos ocioso lembrar que é justamente em tamanha dominância que se assenta o engano daqueles que pensam encontrar aqui o assim chamado "escravismo capitalista" ou propugnam pela existência de um pretenso modo de produção colonial.

5. A Presença do Capital Comercial

Tanto no passado mais distante como no mais recente, o capital comercial desempenhou papel crucial na gênese das condições objetivas que tornaram possível a constituição e subsistência do capital escravista-mercantil. Quanto ao período mais próximo, e com respeito ao Brasil, cumpre-nos tecer algumas observações adicionais.

Como sabemos, seria difícil superestimar o papel do capital comercial (aliado, no caso, ao capital de empréstimo) quanto ao processo de ocupação, povoamento e valorização das terras que couberam aos portugueses no Novo Mundo; assim, a colônia pode ser vista como uma criação do consórcio estabelecido entre o poder régio e o capital comercial. Ao primeiro, além da estruturação e aparelhamento das instâncias burocráticas e administrativas, coube garantir o acesso à terra – meio de produção básico – aos que demonstrassem deter os cabedais necessários para explorá-la em benefício dos interesses metropolitanos. A geração das demais condições materiais que embasaram o aludido processo ficou, sabemo-lo à farta, a cargo do capital comercial. Destarte, este último encarregou-se do financiamento do empreendimento agrícola no Brasil, do fornecimento de mão-de-obra africana e bens de consumo e de produção oriundos da Europa, bem como monopolizou a colocação da produção colonial nos mercados mundiais. É nesta medida que a colônia pode ser vista como um mero apêndice da economia européia a funcionar como um enclave em permanente expansão e que flutua sobre o nada, pois o é de si e em si mesmo. É este, pois, o *locus* no qual se desenvolve o capital escravista-mercantil, o qual só podia comunicar-se com o mundo que lhe era externo mediante a intermediação do capital comercial. Questão esta fixada com inteira propriedade por Gorender: "O capital mercantil em expansão se incumbiria da função de intermediário entre os extremos, autonomizando a esfera da circulação diante das fontes da produção, sem determinar o caráter dado das relações de produção vigentes em cada um dos extremos" (GORENDER, 1992, p. 163).

O arranjo assim constituído, no qual o capital comercial funcionava como interface entre a colônia e os mercados externos, acarretou pelo menos quatro consequências que marcaram indelevelmente nossa história e nossa historiografia. Em primeiro, dele derivou o "sentido da colonização" como caracterizado por Caio Prado Júnior: "No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais tanto no econômico como no social, da formação e evolução

histórica dos trópicos americanos. [...] Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três séculos que vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país" (grifo de PRADO JÚNIOR, 1987, p.31-2)⁵. Em segundo, a preeminência do capital comercial no que tange à articulação entre os distintos mercados permitiu a emergência e subsistência de um complexo econômico que tinha suas bases produtivas na colônia, sua fonte básica de mão-de-obra na África e que contava com os mercados europeus para a realização da produção exportável. Em terceiro, o isolamento propiciado pelo capital comercial e pelas práticas mercantilistas possibilitou à economia européia beneficiar-se dos efeitos dinâmicos oriundos do Novo Mundo e garantiu a solidez e a robustez que informaram o escravismo moderno, elementos estes de mais alta relevância para o pleno funcionamento e permanência no tempo da exploração desenvolvida pelo capital escravista-mercantil. Por fim, dado o referido isolamento, o capital escravista-mercantil não só comportou, no âmbito de sua dominância, a existência de articulações que iam muito além dos estreitos limites do capital comercial, como também propiciou o surgimento de muitas de tais articulações, as quais operavam de sorte a garantir a persistência do capital escravista-mercantil e enriqueciam e diversificavam o quadro econômico e social no qual se movimentavam as populações do Brasil escravista.

6. Capital Escravista-Mercantil: Pressupostos e Resultados de sua Ação

Conscientes de que nossas postulações poderão ser tomadas como um dispensável exercício votado a "prever o passado", aventuramo-nos a estabelecer os pressupostos necessários à existência e subsistência do capital escravista-mercantil; abalançamo-nos, ademais, a identificar os resultados imediatos de sua ação.

Destarte, a aludida forma de capital só pôde emergir porque, concomitantemente, fizeram-se presentes as seguintes condições: a) existência prévia do escravismo e de fontes supridoras de cativos; tais fontes apresentam-se segundo uma dupla natureza: as institucionais – poder do Estado – que fundamentam política e juridicamente a redução e sujeição de pessoas à condição de cativos e as físicas ou biológicas, que

5. Deve-se notar que Caio Prado Júnior prendeu-se, sobretudo, à forma como a valorização das novas terras aparece ao observador que a toma da perspectiva do comércio externo não levando em linha de conta a existência do capital escravista-mercantil ao qual, com base na exploração do trabalho escravo, cumpria, além da apropriação de parcela substantiva da mesma, a própria criação da mais-valia.

garantem a constituição, reposição e o eventual aumento dos plantéis; b) ausência de alternativas, válidas do ponto de vista econômico, à utilização da mão-de-obra escrava; c) existência de mercados capazes de absorverem as mercadorias produzidas com base na exploração da mão-de-obra escrava; d) indivíduos que se habilitavam, e que contaram com os recursos necessários para tanto, a fornecer mão-de-obra cativa mediante a captura e venda e/ou a mera intermediação (compra e revenda); e) indivíduos que visavam a valorizar valor com base na exploração da mão-de-obra escrava e aos quais se apresentaram disponíveis os recursos necessários à mobilização de meios de produção e de mão-de-obra cativa.

A conjugação de tais pressupostos, como avançado, deu ensejo ao surgimento do capital escravista-mercantil. De sua ação decorre, imediatamente, a re-posição de alguns daqueles supostos, agora derivados da própria existência do capital escravista-mercantil: a) os escravistas apoderam-se de parte substantiva da mais-valia gerada no processo de produção, vendo, pois, realizado seu desiderato de valorizar valor; b) o escravo, trabalhador direto, emerge na mesma condição de sujeição em que entrara no processo produtivo. Também imediatamente, e derivando de a e b, dá-se a emergência e cristalização, no pólo escravista produtor de mercadorias, de interesses econômicos vinculados ao escravismo, fato este que empresta rigidez a tal sistema de exploração e atua no sentido de sua manutenção e ampliação. Lembre-se a esta altura que não se verificaram, nos tempos modernos, casos em que o simples crescimento vegetativo da população cativa pertencente aos que personificavam o capital escravista-mercantil fosse suficiente para atender suas necessidades de mão-de-obra escrava⁶.

De outra parte, o capital escravista-mercantil só podia atuar mediatamente sobre seus outros pressupostos não lhe sendo dado, portanto, repô-los, pois os mesmos lhe eram externos e para ele definiam-se como dados. Especificamente, nos referimos às fontes supridoras de escravos e aos mercados mundiais. Destes elementos dependia, como anotado, a permanência no tempo do capital escravista-mercantil. Com respeito ao segundo vergamo-nos ao argumento definitivo de Gorender, pois, assim como "Roma estava impedida de fazer-se colônia econômica de si mesma e engendrar o escravismo colonial" (Cf. citação acima), o mundo colonial moderno não poderia fazer-se metrópole de si mesmo. Já no que tange às aludidas fontes supridoras de mão-de-obra cativa lembramos – para evidenciar que não se está a tratar da existência de recursos materiais necessários à compra de escravos – as palavras de Marx: "La compra y venta de esclavos es también, en cuanto a su forma, compra y venta de mercancías. Pero el dinero no podría ejercer esta función si no existiese la esclavitud. Hay que partir de la existencia de la esclavitud, para que el dinero pueda invertirse en comprar esclavos. En cambio, para hacer posible la esclavitud no basta con que el comprador disponga de dinero" (MARX, 1964, vol. II, p. 33). Evidencia-se

6. "Hasta en los Estados Unidos, después de que la zona intermedia entre los estados del Norte, en que regía el sistema de trabajo asalariado, y los estados esclavistas del Sur, se transformó en una zona de abastecimiento de esclavos, en que, por tanto, el esclavo lanzado al mercado esclavista se convertía a su vez en elemento de la reproducción anual, llegó un momento en que esto no bastaba y fue necesario recurrir por el mayor tiempo posible a la trata de esclavos africanos para tener el mercado abastecido" (MARX, 1964, vol. II, p. 426).

palmarmente, pois, que o capital escravista-mercantil, enquanto tal, mostra-se incapaz de prover todos os elementos necessários à sua reprodução, não podendo, portanto, dar suporte a um específico modo de produção. Este mesmo argumento pode ser avocado para desqualificar a opinião segundo a qual, a contar de determinado ponto de nossa história, cumpria à economia escravista brasileira reproduzir-se autonomamente. Esta tese mostra-se ainda mais equivocada se lembrarmos que o processo de acumulação próprio do capital escravista-mercantil não o liberava dos pressupostos que lhe eram externos, ao contrário, tornava-o ainda mais dependente dos mesmos, pois, à medida que se dava a ampliação da produção escravista-mercantil, maiores eram suas exigências em termos de suprimento de cativos e de escoamento da produção efetuada. Pode-se concluir, pois, que a constituição, no Brasil, de uma economia reflexa e dependente não decorreu, meramente, da exploração metropolitana ou do fato de a colônia ter sido votada ao fornecimento de produtos para o comércio europeu, mas derivou, essencialmente, das próprias entranhas da forma de capital cujo predomínio marcou nossa história até 1888.

De outra parte, como avançado, cremos que o surgimento e desenvolvimento de uma vida econômica relativamente autônoma, “voltada para dentro”, não só se mostrava compatível com a forma *capital escravista-mercantil*, mas, em larga medida, dela decorreu. Como sabemos, vários autores já se pronunciaram sobre a questão ora aventada, não obstante, em face das conclusões reportadas neste artigo, faz-se necessário voltarmos às seguintes afirmações de Gorender: “A desobstrução metodológica impõe a inversão radical do enfoque: as relações de produção da economia colonial precisam ser estudadas de dentro para fora, ao contrário do que tem sido feito, isto é, de fora para dentro (tanto a partir da família patriarcal ou do regime jurídico da terra, quanto a partir do mercado ou do sistema colonial). A inversão do enfoque é que permitirá correlacionar as relações de produção às forças produtivas em presença e elaborar a categoria de modo de produção escravista colonial na sua determinação específica” (GORENDER, 1992, p. 7). Como bem diz o autor, impõe-se um novo enfoque, mas tal mudança não deve nos levar diretamente à formulação do pretendido *modo de produção escravista colonial*, pois ela passa, necessariamente a nosso ver, pela discussão da categoria *capital escravista-mercantil* e pelo estabelecimento das consequências decorrentes de sua existência.

7. A Fórmula do Capital Escravista-Mercantil

Embora não nos escapem, os elementos de economia natural próprios do escravismo não serão considerados aqui, isto porque centrar-nos-emos na fórmula do capital escravista-mercantil em seus termos estritamente lógicos. Daí decorre, também, que não contemplaremos os assalariados, igualmente presentes nos quadros do escravismo moderno, bem como as pessoas livres que, por via de regra na condição de agregados, mediata ou imediatamente, vinculavam-se às atividades econômicas desenvolvidas pelos escravistas. Assim operando, esperamos poder estabelecer, em termos abstratos evidentemente, a fórmula própria do capital escravista-mercantil.

Contemplada em termos os mais simples e abstratos possíveis, vale dizer, caso consideremos tão-somente os desembolsos pecuniários efetivamente incorridos pelo escravista na compra, à vista, de cativos e de mercadorias — compreendidos aqui meios de produção e bens para consumo destinados à manutenção da escravaria — a serem utilizados, excludentemente, na produção de bens destinados à comercialização, a representação do capital escravista-mercantil deve obedecer às seguintes condições:

$$\begin{array}{ccccccc} & & \mathbf{D2} & & & & \\ & \mathbf{D} < & & & \mathbf{Me} & & \\ & & \mathbf{D1} - \mathbf{M} < & \dots \mathbf{P} \dots \mathbf{M}' - \mathbf{D}' & & & \\ & & & & \mathbf{Mp} & & \end{array}$$

Onde:

D = capital-dinheiro.

D1 = gastos na compra de mercadorias.

D2 = gastos de aquisição do plantel⁷.

M = capital-mercadorias.

Me = mercadorias destinadas ao sustento da escravaria⁸.

Mp = meios de produção.

P = capital produtivo.

M' = capital-mercadorias, em termos concretos: mercadorias

7. "Embora 'empatada' como capital-dinheiro, a inversão inicial de compra do escravo não se encarna em nenhum elemento concreto do fundo produtivo do escravista. Dito em outras palavras, a inversão inicial de compra do escravo não funciona como capital. No processo real da produção escravista, *esta inversão se converte em não-capital*. Seria incorreto afirmar que ela é *imobilizada*, pois assim a incluiríamos no capital fixo. O correto é concluir que o capital-dinheiro aplicado na compra do escravo se transforma em *capital-esterilizado*, em capital que não concorre para a produção e deixa de ser capital." (grifos de GORENDER, 1992, p. 182-3).

8. "O escravo recebe *em espécie* os meios de subsistência necessários para a sua manutenção e essa forma natural dos mesmos encontra-se fixada, tanto pela sua qualidade como pelo seu volume, em *valores de uso*. O trabalhador livre recebe-os sob a forma do *dinheiro*, do *valor de troca*; da forma social abstracta da riqueza. Embora o salário não seja, de facto, mais do que a forma *áurea*, ou "*argentada*" ou *cúprica* ou de papel adoptado pelos meios de subsistência, em que tem incessantemente que resolver-se — e o dinheiro opera aqui unicamente como forma evanescente do valor de troca, como simples *meio de circulação* —, na imaginação (do operário) o objectivo e o resultado do seu trabalho continuam a ser, contudo a *riqueza abstracta*, o *valor de troca*, não um valor de uso determinado, tradicional e localmente limitado." (grifos de MARX, 1975, p. 87).

"... a fim de ser produtiva, a força de trabalho do escravo terá de ser *usada*. O trabalho constitui o processo vivo de uso da força de trabalho. A compra do escravo simplesmente o colocou à disposição do dono sem ainda dar a este o uso produtivo da força de trabalho. A fim de usá-la, o plantador não poderá limitar-se ao dispêndio feito no ato da compra, mas terá de levar a efeito um novo dispêndio: o *do sustento do escravo*. Este precisará receber, dia a dia, alimentos, vestuário, abrigo, tempo de repouso, remédios nas eventualidades de doenças, etc." (grifos de GORENDER, 1992, p. 167). "O gasto com o sustento diário do escravo — distinto do seu preço de compra — é que poderia ser identificado com o capital variável... se permanecermos obstinados na tese de que o escravismo colonial constitui uma espécie de capitalismo." (GORENDER, 1992, p. 182). Como já fizemos notar, não consideramos o escravismo colonial uma "espécie de capitalismo", mas sim, entendemos que no quadro do mesmo dava-se a existência de uma forma de capital: o capital escravista-mercantil.

resultantes do processo produtivo.

D' = capital-dinheiro valorizado, ou seja: resultado da realização do preço de **M'**.

Sendo:

$$\mathbf{M} = \mathbf{M_e} + \mathbf{M_p}$$

$$\mathbf{D} = \mathbf{D1} + \mathbf{D2}$$

$$\mathbf{D'} = \mathbf{D1} + \mathbf{d}$$

$$\mathbf{d} = \mathbf{D2} + \mathbf{L} \quad \text{onde: } \mathbf{d} = \text{mais-valia.}$$

L = lucro do escravista, líquido do gasto de aquisição do plantel⁹.

Donde:

$$\mathbf{D'} = \mathbf{D1} + \mathbf{D2} + \mathbf{L}$$

Visto em termos de seus estágios, o processo cíclico do capital escravista-mercantil não difere do apresentado por Marx para o capital industrial¹⁰. Também em nosso caso podemos verificar a existência de três estágios bem definidos pelos quais passa o capital escravista-mercantil.

No primeiro estágio:

$$\begin{array}{ccccc} & & \mathbf{D2} & & \\ & \mathbf{D} < & & \mathbf{M_e} & \\ & & \mathbf{D1} - \mathbf{M} < & & \mathbf{M_p} \end{array}$$

o escravista surge como comprador de mercadorias destinadas ao processo produtivo. Nesse momento definem-se marcantes dissimilitudes relativamente ao capital industrial, as quais decorrem da especificidade do escravismo no que tange ao aliciamento da mão-de-obra.

O escravista, para dar início à produção e reproduzi-la nos períodos subseqüentes, obriga-se a destinar parcela do capital inicial (**D**) para a aquisição do plantel. Esta fração, representada por **D2**, indica o custo incorrido pelo escravista para ter à sua disposição a mão-de-obra de que carece. Para tanto ele terá de servir-se do mercado de escravos. Os negros apresados no continente africano e trazidos para a América ou os escravos já residentes na colônia e postos à venda por seus proprietários constituirão o lado da oferta. O assentamento da relação de escravidão tem como

9. "Por conseguinte, cabe-nos concluir também que a inversão inicial de compra do escravo somente pode ser recuperada pelo escravista à *custa do sobretrabalho do escravo, do seu produto excedente*. Ela constitui um desconto inevitável da renda ou do que se chamaria de lucro escravista. Do ponto de vista contábil, não faz diferença que seja considerada parcela do custo de produção ou dedução obrigatória do lucro, à semelhança de um imposto. Do ponto de vista da teoria econômica, a única solução correta consiste em incluí-la no produto excedente e considerar a renda efetiva do escravista reduzida na proporção da amortização do investimento feito na aquisição do plantel de escravos." (grifos de GORENDER, 1992, p. 183).

10. Cf. MARX, 1964, vol. II, cap. I.

pressuposto básico a constituição de tal mercado, pois, a simples necessidade deste tipo de trabalhador, ainda que conjugada com a disponibilidade de recursos, mostrar-se-ia insuficiente para consubstanciar tal relação de sujeição em bases estáveis e na amplitude necessária. Uma vez comprado, o escravo pode passar a constituir "parte integrante do capital produtivo de seu comprador" da mesma forma que a força de trabalho vendida ao capitalista pelo assalariado.

A parte restante do capital (**D1**) destinar-se-á à compra e/ou manutenção dos equipamentos e instalações imprescindíveis à produção (**Mp**) e aos dispêndios com habitação, vestuário e alimentação necessários para manter vivos e produtivos os escravos (**Me**). Aqui, ao invés de um pagamento monetário como ocorre no caso do assalariado, o escravista encarrega-se, ele mesmo, de prover as mercadorias destinadas ao sustento do trabalhador. A origem destes bens pode ser a oferta externa, européia sobretudo, ou mesmo a produção realizada no âmbito da colônia ou da própria unidade produtiva local.

No segundo estágio, o proprietário de escravos combina os elementos adquiridos no primeiro; mediante o consumo produtivo dos mesmos, gera-se um *quantum* de produto com valor superior ao do início do processo. Neste estágio produtivo — no qual aqueles elementos encontram-se "no estado ou na forma de capital produtivo" — cria-se valor suficiente para a reposição dos gastos com a depreciação dos meios de produção e com o sustento dos escravos e, ademais, gera-se a mais-valia.

A mais-valia gerada no processo produtivo do capital escravista-mercantil (**d**) deve ser capaz, portanto, de proporcionar, não só o lucro líquido do escravista, mas, também, o montante de capital necessário para aquisição/reposição dos escravos (**D2**). Vale dizer, como Gorender, tratamos o dispêndio com a aquisição do plantel como uma dedução da mais-valia total.

Todavia, sem a realização das mercadorias, isto é, sem o terceiro estágio (**M' — D'**), não poderia dar-se o prosseguimento do processo produtivo. Faz-se mister, portanto, que o capital-mercadoria assuma a forma de capital-dinheiro ao final do processo para poder ingressar novamente no ciclo de valorização. Apenas como capital-monetário, o capital assume a forma de "meio geral de compra e meio geral de pagamento", tornando-se capaz de agenciar elementos para o ciclo produtivo subsequente.

8. Considerações Finais

Cremos que, além de havermos evidenciado a pertinência e a relevância do conceito, explicitamos algumas das principais propriedades do capital escravista-mercantil, bem como algumas das implicações decorrentes da existência desta forma específica de valorização do valor. Acreditamos, igualmente, havermos mostrado que muito do que se afirma sobre o modo de produção escravista refere-se, de fato, à forma de capital aqui postulada. Assim, tanto a economia escravista moderna, em geral, como a sociedade brasileira, em particular, devem sua existência e conformação estrutural básica ao capital escravista-mercantil, não podendo ser vistas, portanto, nem como uma mera projeção do capital comercial no plano da produção, nem como um simples

apêndice da economia européia, destinado, exclusivamente, a complementá-la e a servir, tão-somente, a interesses forâneos. Não é ocioso repisar que a falta da consideração do capital escravista-mercantil leva ao falseamento da natureza e do caráter essencial da economia e da sociedade aqui estabelecidas. Explorar estas últimas colocações, aprofundar nosso conhecimento sobre suas implicações quanto à nossa formação sócio-econômica e promover amplo debate sobre o tema – o que procuramos provocar com este escrito – não só é fundamental para o dilucidamento definitivo dos problemas centrais aqui abordados como, certamente, lançará novas luzes sobre antigas divergências teóricas concernentes àquela formação.

Em face das conclusões acima postas, entendemos que se impõem alguns desdobramentos a enfrentar. Assim, caso venha a ser aceita a categoria aventada, faz-se necessário, desde logo, aprimorá-la e escoimá-la de eventuais incorreções. Esta é, com certeza, a tarefa mais expressiva e desafiadora que nos espera no futuro imediato, sendo preciso também, estabelecer com precisão as decorrências, para a história de nossa formação econômica e social, devidas à existência do capital escravista-mercantil.

Uma discussão paralela, mas não menos importante, certamente girará em torno da reavaliação da tese segundo a qual, a partir de determinado momento de nossa história, a economia escravista brasileira ganhou autonomia e tendeu a repor-se independentemente dos pressupostos que lhe eram externos.

Além disso, também deve ser encetado o estudo das condições teóricas envolvidas na superação desta forma de capital, de sorte a podermos aquilatar seu poder explicativo em termos dos eventos concretos que marcaram tal superação nas Américas.

Referências Bibliográficas

- CASTRO, Antônio Barros de. A economia política, o capitalismo e a escravidão. In: LAPA, J. R. do Amaral (org.), *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 67-107. (Coleção história brasileira, 5).
- COSTA, Iraci del Nero da & PIRES, Julio Manuel. A fórmula do capital escravista-mercantil. *Revista Estudos Econômicos*. São Paulo, IPE-USP, 24(3): 527-532, set./dez. 1994.
- GORENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. *Estudos Econômicos*, v. 13, n. 1, p. 7-39, jan./abr. 1983.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1992. (Ensaio, 29).
- MARX, Carlos. *El Capital: crítica de la Economía Política*. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, volumes I e II, 1964, volume III, 1965.
- MARX, Carlos. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse) 1857-1858*. 11ª ed. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores, vol. 1, 1980.

- MARX, Karl. *Capítulo inédito d'O Capital: resultados do processo de produção imediato*. Porto: Publicações Escorpião, 1975, (Biblioteca Ciência e Sociedade, 12).
- PIRES, Julio Manuel & COSTA, Iraci del Nero da. Considerações sobre o capital escravista-mercantil. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 24(1): 129-143, jan./abr. 1994.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 20ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.